

A EDUCAÇÃO FÍSICA NO CONTEXTO ESCOLAR: PERCURSOS E POSSIBILIDADES

Markus de Lima Silva¹

DEF/UFS

Valdione Evangelista Alves Santos²

DEF/UFS

O objetivo central que toca a elaboração deste texto gira em torno de provocações e reflexões acerca da prática pedagógica exercida pelos professores de Educação Física, em diferentes momentos históricos e nos dias atuais. Neste sentido, sua construção pautou-se em traçar uma breve contextualização histórica em que a Educação Física percorreu para se tornar componente curricular obrigatório, como também ressaltar e problematizar as dificuldades e possibilidades encontradas no contexto atual de sua prática. Para que haja um maior esclarecimento do será exposto adiante no transcorrer deste trabalho é necessário que se faça uma breve ressalva dos caminhos percorridos pela Educação Física escolar até os dias atuais, por conseqüência disto, faremos uma breve abordagem histórica linear, relatando as concepções, as necessidades e os parâmetros apresentados desde o século XIX até a legitimação da Educação Física como componente curricular obrigatório. Ao iniciarmos qualquer investigação a respeito da Educação Física é necessário que se leve em consideração aquilo que se passou na Europa a partir do século XIX, para que se entenda as influências que a Educação Física sofreu a partir das concepções desenvolvidas neste período. É neste contexto histórico que se elaboram conceitos iniciais sobre o corpo e sobre a utilização deste enquanto força de trabalho, tendo como conseqüência uma mudança na educação do corpo. A educação do corpo das classes abastardas, que inicialmente era função da família, passou a ser amplamente divulgada e efetivada na escola pública do século XIX. Essa mudança do privado para o público aconteceu devido às condições históricas daquele período, que foram concretizadas em diferentes contextos. É a partir desta mudança que a educação começa a expandir, atraindo consigo a matéria escolar Educação Física, que através dos exercícios físicos passa a fazer parte da construção e consolidação da nova sociedade, pois esta carece de um homem mais forte, mais ágil e mais empreendedor. A Educação Física, então, torna-se a própria expressão do ideário de corpo da sociedade capitalista. Representa o corpo saudável, longe da imoralidade e da preguiça. Podemos considerar como um processo de biologização do corpo humano, pautada na abordagem positivista da ciência. O Homem deixa de ser explicado pelas relações sociais que mantêm (homem antropológico), para ser conceituado a partir dos pressupostos biológicos (PALMA, 2008, p. 21). Neste sentido a Educação Física começa a traçar laços estreitos com a promoção da saúde biológica, tendo como projeto principal a higienização da sociedade, pois seu objeto de estudo (o corpo) é estritamente anatomofisiológico para atender a demanda capitalista da época. “O exercício físico seria aquele “cuidado com o corpo” dotado de poderes capazes de resolver os problemas colocados

¹Licenciando no 7º período em Educação Física Da Universidade Federal de Sergipe. Bolsista de Iniciação a Extensão PIBIX/PROEX/UFS (2010/2011) no eixo temático “Cultura e Movimento: divulgação de conteúdos e metodologias para o componente curricular Educação Física”. Participante do Grupo de Pesquisa Ritual, Festa e Performance na linha de pesquisa Corpo, Cultura e Educação. E-mail: markusilva@hotmail.com

² Graduando do 7º período em Educação Física pela Universidade Federal de Sergipe. Sou bolsista de iniciação científica (Rede Cedes), com o Projeto "Memórias do curso de Educação Física da Universidade Federal de Sergipe". Atuo no grupo de pesquisa CEMEFEL - Centro de memória da Educação Física, do esporte, lazer da UFS/Sergipe- UFS.

pela sociedade industrial, seria aquele elemento capaz de neutralizar os conflitos sociais e “equilibrar” a vida do mundo do trabalho” (SOARES, 2004, p. 51). É justamente através desta perspectiva que no final do século XIX e início do século XX que surgem concepções eugenistas, higienista e militarista, isto é, um cuidado maior com o corpo, com a formação de hábitos higiênicos (banho, dentes, prática de exercícios físicos), isto é, regenerar a raça, pois havia um grande número de mortes e doenças, promover a saúde sem alterar as condições de vida, desenvolver a vontade, a coragem, a força, a energia de viver para servir a pátria na guerra e nas indústrias, desenvolver a moral que nada mais é que uma intervenção nas tradições de um povo. Através do sistema alemão militar e da defesa de Rui Barbosa, a ginástica é consolidada como um instrumento facilitador para alcançar estes objetivos, sendo que sua sistematização prática foi criada por médicos com preocupações higienistas e conotações eugenistas. Ambas as concepções, higienista e militarista, da Educação Física consideravam-na como disciplina essencialmente prática, não necessitando, portanto, de uma fundamentação teórica que a desse suporte. Por isso, não havia distinção evidente entre Educação Física e a instrução militar. Para ensinar educação Física não era preciso dominar conhecimentos, e sim ter sido em ex-praticante (DARIDO, 2005, p. 3). Este modelo de Educação Física, com influência dos Métodos Ginásticos e da Instituição Militar permaneceu principalmente durante as quatro primeiras décadas do século XX e a concepção de que o desenvolvimento da força física seria um modo de aumentar a produção do trabalho se consolida com a obrigatoriedade da Educação Física na instituição escolar a partir de 1937, em todo território nacional, sendo que apenas em 1939 que é criada a primeira escola civil para formar professores de Educação Física. Em 1964, quando os generais assumem o Poder Executivo do país, há uma acessão abrupta do sistema educacional brasileiro, usando as escolas públicas e privadas como forma de propaganda do regime militar. Com isso “*o golpe militar foi um grande aliado para eliminar os obstáculos para a expansão do capitalismo internacional, em que a concepção de eficiência e tecnicismo procurou moldar o ensino e direcionar a Educação Física para o esporte*” (PALMA, 2008, p. 23), fazendo com que essas práticas esportivas, tanto no meio social com também no âmbito escolar, sejam direcionadas para a educação do indivíduo para a obediência das normas e ensinam a vencer por meio do próprio esforço, num convívio direto com as vitórias e derrotas. É nessa fase da história que o rendimento, a seleção dos mais habilidosos, o fim justificando os meios estão mais presentes no contexto da Educação Física na escola. Os procedimentos empregados são extremamente diretivos, o papel do professor é bastante centralizador e a prática, uma repetição mecânica dos movimentos esportivos (DARIDO, 2005, p. 4). A partir de 1980 começam a surgir outras concepções de Educação Física com o intuito de justificar sua prática na escola, com o objetivo de desatrelar sua prática a iniciação esportiva, algo bastante enraizado na época. Estas concepções estão fundamentadas com bases da Psicologia, através da teoria comportamentalista, visando o desenvolvimento motor, cognitivo e afetivo das crianças. Dentre elas, primeiro a tendência da Psicomotricidade, proposta por Jean Lê Bouch (1986), que tem como principal finalidade defender uma educação centrada para o desenvolvimento funcional da criança, ajudando-a em sua afetividade a expandir-se e a equilibrar-se, sempre em contato com o ambiente humano. Em seguida surge a abordagem Desenvolvimentista, proposta por Go Tani *et al* (1988), em que sugeria para a Educação Física Escolar formas para proporcionar ao aluno condições para que seu comportamento motor fosse desenvolvido e como estes poderiam desenvolver os aspectos cognitivos e afetivos nas crianças, sendo que o grau de dificuldade das atividades são adequadas a sua faixa etária. No começo da década de 90, surgem as tendências conhecidas como críticas, embasadas no ideal da Sociologia. Dentre elas a Crítico-Superadora, proposta pelo Coletivo de Autores (1992), que se fundamenta no Marxismo e Neo-marxismo, visando desenvolver a apreensão dos seus alunos para a sua Cultura Corporal (dança, ginástica, esporte, lutas, jogos, brincadeiras), entendendo-a como

parte constitutiva de sua realidade social complexa. No entanto, a abordagem Crítico-Emancipatória, proposta por Kunz (1994), surge com o intuito de estudar o movimento humano, ou seja, o esporte e suas transformações didáticas, para que o movimento seja aplicado de maneira consciente, libertando das estruturas coercitivas do esporte, refuncionalizando, reconstruindo e resignificando o movimento. Apesar de ser construída na década de 80 na Alemanha, a proposta do Ensino Aberto de Hildebrandt & Laging (1986) se torna mais difundida no Brasil no começo da década de 90, onde seu objeto de estudo é o mundo do movimento e suas implicações sociais, seu objetivo é proporcionar aos participantes da aula autonomia nas capacidades de ação do movimento, ou seja, o movimento é uma forma de diálogo entre o ser humano e mundo. Somente em 1996, em decorrência das mudanças ocorridas no cenário de Educação Física, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB – lei federal nº. 9.394/96) concebe a Educação Física a condição de disciplina curricular obrigatória da Educação Básica. A partir deste período a Educação Física deixa de ser uma mera atividade extracurricular para integrar a proposta pedagógica da escola como um componente curricular obrigatório. Entretanto, vemos nas aulas de Educação Física uma contradição e certa incoerência com a “prática pedagógica” exercida pelos professores deste componente curricular. Neste sentido, é viável refletirmos quais saberes educacionais (objetivos, conteúdos, métodos, avaliação, etc.) estão sendo desenvolvidos nos dias atuais nas aulas de Educação Física? Estes estão planejando suas aulas? São questionamentos que não pretendo responder, porém problematizar e dar subsídios para uma prática docente comprometida com o desenvolvimento de seus alunos. Para a Educação Física ser respeitada e legitimada na Educação Básica deve-se, contudo explicar sua importância e finalidade acerca de fundamentos, tais como objetivos, metodologia, conteúdos e avaliação, como também que o professor desta área tenha clara a importância do planejamento de ensino, partindo sempre das perguntas norteadoras: Por que ensinar? O que ensinamos? Para melhor organizar uma ação didática na prática docente, é preciso entender que o planejamento de ensino possui etapas que não podem ser vistas de modo isolado, estanque, e sim seqüenciada e contínua. Cada etapa do planejamento deve orientar o professor e ajudá-lo a responder às perguntas: Para que vou ensinar? O que vou ensinar? Como vou ensinar? Com que vou ensinar? O que, como e para que avaliar o que foi ensinado? Mas é fundamental, também, que o professor, mesmo antes de elaborar seu planejamento de ensino, saiba para quem ele vai ensinar. Isso mostra o cuidado de saber quem é esse aluno, essa classe, essa escola, é o caso que chamo de contextualizar o processo de ensino-aprendizagem (SCARPATO *et al*, 2007, p. 32-33). Desta forma, entender a Educação Física inserida na Educação Formal, pertencente a uma educação escolarizada, como impõe as Novas Diretrizes Curriculares, deve ser entendida como uma manifestação humana culturalmente determinada. Nos dias atuais, verifica-se a ênfase no discurso em que na sua prática docente, o professor aborde conteúdos como jogos, brincadeiras, esportes, danças, ginásticas, isto é, práticas corporais (Cultura Corporal) inseridas e reproduzidas no seu contexto social e histórico, adotando uma atitude cooperativa e solidária, como também problematizado e refletindo o conteúdo proposto através de conceitos e princípios, desenvolvendo a atenção, percepção e memória na criança, tornando-a também mais sociável, por instigar a cooperação dos alunos e tornando-a, desta forma, reflexiva e crítica. Pois, será na integração de conteúdos conceituais, procedimentais e atitudinais que o professor caracterizará sua prática pedagógica e ao integrar conteúdos que atribua sentido e significado para os seus alunos irá construir os caminhos para uma educação comprometida com a formação de indivíduos críticos, ou seja, com pensamentos e atitudes autônomas. Na compreensão de Neira (2006), ainda seguindo esta linha de pensamento, a Educação Física, como disciplina integrada a educação básica, deve permitir que os alunos superem o saber construído e vivido para além da escola, ou seja, ela deverá contribuir para que os alunos questionem de forma que esses saberes consolidem um projeto de vida. Não

basta fazer, o fazer é importante, no entanto, é imprescindível que o mesmo caminho associado ao refletir, ao questionar e ao compreender sobre estas práticas corporais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BRASIL. Lei 9.394, 20 de Dezembro de 1996. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 1996.
- COLETIVO DE AUTORES. **Metodologia do ensino da educação física**. São Paulo: Cortez, 1992.
- DARIDO, Suraya Cristina & RANGEL, Irene Conceição. A. **Educação física na escola: implicações para a prática pedagógica**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2005.
- DARIDO, Suraya Cristina. **Educação física na escola: questões e reflexões**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2003.
- HILDEBRANDT, Reiner; LAGING, Ralf. **Concepções abertas no ensino da educação física**. Tradução Sonnhilde Von der Heide. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1986.
- KUNZ, Elenor. **Transformação didático-pedagógica do esporte**. Ijuí: Unijuí, 1994.
- NEIRA, Marcos Garcia. **Educação física: desenvolvendo competências**. 2. ed. São Paulo: Phorte, 2006.
- PALMA, Ângela P. T. V. et al. **Educação física e a organização curricular: educação infantil e ensino fundamental**. Londrina: EDUEL, 2008.
- SCARPATO, Marta (org.). **Educação Física: como planejar as aulas na educação básica**. São Paulo: Avercamp, 2007.
- SOARES, Carmem Lúcia. **Educação Física: raízes européias no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 2004.
- TANI, Go *et al.* **Educação física escolar: fundamentos de uma abordagem desenvolvimentista**. São Paulo: EPU-EDUSP, 1988.